

CANUDOS: UM RITUAL DE PASSAGEM PARA UM FINAL DE MUNDO

Artur Peregrino

“Nossa vida é uma passagem
Na cidade ou no Sertão,
Nossa morte é uma viagem
Em busca da salvação”
(canto litúrgico popular)

Este escrito deseja ser uma conversa, um diálogo de caminheiros. O caminho são as estradas empoeiradas do sertão nordestino. O assunto do nosso diálogo de companheiros e companheiras de caminhada é a experiência de Antônio Conselheiro e Canudos. Proponho examinarmos, agora, juntos, o que significou o tema da “passagem” e do “fim do mundo” para Antônio Conselheiro e Canudos.

Para isso tentaremos ler Canudos com elementos e categorias do movimento de beatas e beatos que afirmou uma igreja de leigos, sobretudo na segunda metade do século XIX; bem como, a partir das Prédicas de Antônio Conselheiro, visualizar um dos possíveis embriões para a gestação de uma Antropologia Teológica da Libertação latino-americana.

A experiência vivida em Canudos é reflexo da pregação e do testemunho de Antônio Conselheiro. Por isso o objetivo deste texto é mostrar a fantástica capacidade de Antônio Conselheiro de enfrentar o “fim do mundo”, ou seja, a própria dura realidade e a morte. O Conselheiro fez da morte a passagem para renascer. Ele uniu o temporal ao eterno. Isso vamos ver adiante ao analisarmos suas prédicas aos canudenses.

Canudos fez a passagem de uma situação para outra. Fez a passagem da escravidão para a libertação. E, não querendo ser mais escravo, pagou um preço alto. O preço da própria vida.

As prédicas de Antônio Conselheiro revelam a busca de humanidade. As prédicas não tratam de interesses particulares. Tratam da vida como um todo. Numa linguagem essencialmente teológica nos falam da justiça e da liberdade. O discurso de Antônio Conselheiro abrange o todo que era possível no seu contexto histórico naquele momento.

Os “mitos fundadores” da opressão impostos pela burguesia agrária do final do século XIX foram quebrados e profundamente questionados pelo Conselheiro. Com sua teologia o Conselheiro dissipou a consciência falsa, a “falsa aparência” e a alienação político-religiosa.

Antônio Conselheiro e Canudos vivem um grande “ritual de passagem”¹ para um “fim do mundo”. Dentro de um certo imaginário simbólico o fim passa a ser o começo. O Conselheiro fazendo a peregrinação (passagem) literal faz também um caminho de conscientização, condição necessária, embora não suficiente, de qualquer práxis de libertação.

O Conselheiro percebia ao seu redor um quadro de fragmentação na sociedade, nos sertões nordestinos. Ele teve a disposição de fazer uma síntese dessa fragmentação e se lançar na utopia (“comunismo de bens” – ver as referências de seu pensamento). O Conselheiro não se tornou lacaio da engrenagem que estava montada pela elite do seu tempo. Ele, numa teopraxis, reinventou o cristianismo indo às suas fontes e enfrentou um “fim de mundo” como sendo uma passagem onde o “rio Vaza-Barris se transformaria em leite”, enquanto “os montes em barrancas de cuscuz”.

1. Canudos: A Canaã do Sertão

“Em todas as redondezas
A notícia se espalhava
Que o povo de Canudos
Como irmão trabalhava
Não existia patrão
Nem fome ninguém passava”
(*poesia popular de Canudos*)

Em 1893 foi iniciada a formação da cidade comunitária de Canudos. Os camponeses descobriram na pregação do Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada. Chegaram a Canudos famílias que vendiam ou que deixavam suas pequenas propriedades, ex-escravos, indígenas e sertanejos que corriam do sofrimento. Chegando a Canudos logo encontravam aconchego. Não faltavam mutirão, comida e reza. Rapidamente a comunidade foi crescendo e em poucos anos se tornou uma das maiores do Nordeste. Tinha 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, chegando a ser a maior cidade do Estado da Bahia depois da capital Salvador.

A pregação do Conselheiro insistia em dizer que a terra tem um dono só. Se a terra é de Deus, os camponeses podiam ocupá-la. Inspirados nesses preceitos divinos e nas necessidades concretas do povo, os camponeses iniciaram a ocupação das terras, até então improdutivas e abandonadas. Assim se expressou o historiador Edmundo Moniz:

“Canudos era uma velha fazenda abandonada com palhoças de pau-a-pique, à margem do Vaza-Barris ou Irapiranga, quando Antônio Conselheiro aí chegou em

1893. Ali os fiéis podiam construir o seu lar, sem se sujeitarem aos caprichos das autoridades policiais nem dos grandes proprietários de terra” (Moniz, 1988: 43).²

E a tentativa de criação de uma comunidade igualitária em uma terra livre no sertão da Bahia logo atraiu a ira dos latifundiários da região que viviam explorando os camponeses. De fato, seria muito perigoso para eles se as idéias do Conselheiro se espalhassem pelos sertões e surgissem outros Canudos. Daí a decisão de acabar com Canudos foi compartilhada pelos fazendeiros, pelo governo e pelos militares, com a bênção da Igreja na época.

A experiência de Canudos foi tachada de anti-republicana, o que não correspondia à realidade dos fatos.

Na realidade, a República já nasceu apodrecida pela erva daninha da injustiça e da desigualdade social. A questão da terra ficou sempre intocável, tanto no Império como na República. O movimento iniciado por Antônio Conselheiro antecede à República, pois desde 1874 o beato Conselheiro percorria todo o sertão, tendo sido inclusive perseguido duramente pelo Império. O que o beato Antônio Conselheiro percebe é que a situação dos pobres do campo continua sem alteração.

A idéia básica, na experiência de Canudos, foi viver o comunismo dos Atos dos Apóstolos. Com certeza ninguém em Canudos leu Marx ou Engels, mas viviam na inspiração do cristianismo primitivo e nos anseios das massas camponesas.

Canudos ficava num cenário que lembrava as paisagens descritas na Bíblia: uma região árida repleta de caatingas, rodeada por cinco serras ásperas e atravessada por um rio, o Vaza-Barris. Os caminhos eram difíceis e traiçoeiros. A vegetação era pobre e espinhenta, formada por mandacarus, xiquexiques, macambiras, catumbis, juás, palmatórias, quizabas, baraúnas, favelas etc. As serras Canabrava, Cocorobó, Calumbi, Cambaio e Caipã envolviam o espaço num “abraço” natural.

Canudos tornou-se um oásis no sertão do norte da Bahia e, rapidamente, cresceu em importância econômica e social. Canudos passou a exercer, dentro de pouco tempo, uma forte atração sobre os sertanejos e sertanejas mais humildes. Dirigia-se para lá gente de todo o sertão baiano e de alguns Estados do Nordeste. Eram pessoas que vendiam seus recursos como gado e terra. A presença indígena e de negros era o dado mais revelador de que em Canudos se juntavam pretos “libertados” pela Lei Áurea como também outros marginalizados: doentes mentais, aleijados e incapacitados. A composição social de Canudos era muito heterogênea. E essa heterogeneidade que compunha a sociedade estabelecida em Belo Monte teve um “cimento unificador no aspecto religioso” (Cabral, 1985: 24).³

2. MONIZ, Edmundo. *A Luta pela Terra*. 6ª Edição. São Paulo: Ed. Global, 1988.

3. CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *O Cimento Religioso e a Consolidação de Canudos*. Trabalho apresentado ao professor Ariano Vilar Suassuna, titular da cadeira de História da Cultura Brasileira na UFPE, 1985.

1. Para aprofundar o tema da “passagem” sugerimos a leitura do livro de Arnold Van GENNEP. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

Em Canudos se formava opinião. Aos poucos, ia sendo criada uma visão de mundo. Após o trabalho diário, todos os que quisessem se reuniam diante das igrejas para participar das celebrações comunitárias.

À medida que Canudos crescia, foram definidas algumas funções especiais que o Conselheiro atribuiu a pessoas de sua confiança: João Abade recebia os recém-chegados e coordenava os mutirões; Antônio Beato era o “repórter” de Canudos; Maria Francisca e Marta Figueira eram professoras; Timóteo era o sineiro; Manuel Quadrado era encarregado da saúde; Pajeú era o comandante militar encarregado de defender a cidade; Antônio Vila Nova guardava as armas e munições.

A história do grande acontecimento que foi Canudos, a luta de Antônio Conselheiro e sua gente foi a resistência na terra. E para isso o povo encontrou um jeito, um modo que contrariava o jeito dominante na época. Para isso lutou contra todo o poder opressor até as últimas conseqüências. O fato de Canudos ter resistido até o fim, sem se entregar, comprova o grau de convicção da comunidade de Antônio Conselheiro. A fé popular vivida em Canudos era um alimento que garantia a resistência na terra. Só o poder da fé, e a fé religiosa, faria aquela gente proceder daquela forma. De fato, em Canudos existia um Catolicismo Popular com um chão bem concreto. Em Canudos houve uma experiência concreta de Comunidade Eclesial de Base, como chamamos hoje. E por que não dizer que Canudos foi uma experiência bem sucedida de Reforma Agrária, se foi um assentamento que deu certo?

A produção e comercialização estavam na pauta do dia de Canudos. Toda a organização era para, principalmente, suprir as necessidades da comunidade. Uma das fontes de renda da comunidade era a venda de peles de cabra, que a República exportava, inclusive. A importância da cabra na economia de Canudos era decisiva porque dava o alimento-leite-carne e o couro para roupas e sapatos. O excedente vendia-se aos comerciantes, que o levavam para Salvador, e o couro de cabra chegou a ser um dos mais importantes produtos de exportação da economia baiana. Com isso podemos ver o quanto o jeito do povo se organizar representava uma resposta inteligente para enfrentar as dificuldades da época. De fato, “dentro do quadro de suas limitações, o homem mesmo cria seu jeito de agir ou de esquivar-se e assim demonstra o que ele é e quer ser e como escrever a continuação de sua história” (Leers, 1982: 15).⁴ O fato histórico A guerra de Canudos, articulado às feições camponesas, em torno de um líder carismático nos sertões da Bahia, no último quartel do século XIX, enseja um conjunto de reflexões que não só cria condições para se (re)pensar a questão camponesa no Brasil, como também serve de trilha por onde se penetra nas redes de poder, quer na perspectiva das representações simbólicas (ideologia e mentalidade), quer a partir das estruturas de dominação constitutivas da sociedade brasileira.

Antônio Conselheiro e Canudos, com sua aura mística, popular, sincrética e libertária, ofereceram uma colaboração original e fecunda ao Nordeste, ao Brasil e ao mundo.

4. LEERS, Bernardino, OFM. *Jeito Brasileiro e Norma Absoluta*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

Vamos verificar toda essa riqueza a partir das prédicas do próprio Antônio Conselheiro aos canudenses. Tentaremos analisar como a lucidez e a coerência de vida acompanharam o fundador do arraial de Canudos.

2. O pensamento de Antônio Conselheiro a partir de suas prédicas aos canudenses

“Antônio Conselheiro e Canudos” é uma obra do escritor Ataliba Nogueira. A partir deste escrito que pertenceu a Euclides da Cunha, trabalhamos os manuscritos de Antônio Conselheiro. Obra acrescida de cartas e apêndice sobre a economia na vida dos canudenses.

Os manuscritos de Antônio Conselheiro estão divididos em quatro partes. Na primeira parte temos 29 mistérios sobre Maria onde descreve várias situações dolorosas onde Jesus é personagem principal; na segunda parte faz uma descrição sobre os Dez Mandamentos da Lei de Deus; na terceira parte temos uma coletânea de textos extraídos das Sagradas Escrituras; e finalmente na quarta parte temos as Prédicas de circunstância.

A obra a que nos referimos é autêntica e do próprio punho do Conselheiro. Segundo Ataliba Nogueira, o volume é encadernado, conta 628 páginas, numeradas e sem margem. Os escritos têm uma beleza sem igual no que se refere ao conteúdo e ao formato das letras sempre igual.

Os manuscritos de Antônio Conselheiro não deixam dúvidas quanto a sua profundidade em matéria de textos que têm sua ligação concreta com a mais genuína tradição do cristianismo. Antônio Conselheiro tem base na teologia que era possível na época, adentrando no embasamento bíblico e se fixando na tradição da Igreja que necessariamente esbarra no estudo dos padres da Igreja (doutores da Igreja). Antônio Conselheiro não era um abobalhado. Era alguém que tinha os pés no chão. Ele acreditava no que falava e vivia até as últimas conseqüências o que acreditava.

A atualidade dos textos de Antônio Conselheiro é coisa surpreendente. Ele tinha uma facilidade enorme de desenvolver os textos com base na língua latina que era a língua fluente dos intelectuais da época, além de falar elegantemente o português e saber o francês. Com certeza Antônio Conselheiro era um dos intelectuais que fazia da religião o *religare*, no sentido que não existe céu sem a terra.

As prédicas e o discurso político de Antônio Conselheiro são indispensáveis para percebermos suas concepções do tempo e do mundo. Para isso é importante verificar as fontes em que bebeu o beato.

2.1. Referencial bíblico – Os Atos dos Apóstolos

Estudando Antônio Conselheiro, vemos já na infância profundo interesse por literatura de caráter religioso. Fazendo uma análise acurada de suas prédicas perceberemos conhecimento e profundidade dos textos bíblicos e da história do cristianismo. A pregação do Conselheiro e seus escritos demonstravam referências constantes a livros que narravam a vida dos apóstolos e dos primeiros cristãos.

Percebemos de imediato uma aproximação do pensamento e do jeito de vida comunitária ou itinerante dos cristãos primitivos. O apóstolo Paulo foi, sem sombra de dúvida, o maior peregrino relatado nos textos bíblicos. A maneira itinerante e de formar comunidade influenciou profundamente o pensamento e a práxis do beato, Antônio Conselheiro.

O livro dos Atos dos Apóstolos foi escrito provavelmente entre 80 e 90 dC. Seu autor é o mesmo do terceiro evangelho. Desde o século II, a tradição o identificava com Lucas, o médico que acompanhou o apóstolo Paulo em suas andanças.

Será também nos primeiros séculos do cristianismo que a vida cristã recebe o nome de caminho.

A evangelização (como chamamos hoje) é vista como uma caminhada. E o apóstolo assumiu a caminhada de forma literal. Com certeza sua motivação vinha do seu mestre que diz: “vamos para outros lugares, às aldeias vizinhas, para que eu pregue também lá, pois foi para isso que eu saí. Foi, então, pregando nas sinagogas, por toda a Galiléia...” (cf. Mc 1,38-39). O próprio apóstolo Paulo, já avançado em idade, chega a confessar, para os irmãos nas comunidades: “Eu trabalhei mais do que todos os outros” (cf. 1Cor 15,10) “...em viagens sem conta...” (cf. 2Cor 11,26).

A vida pública do apóstolo Paulo caracteriza-se pelas suas intermináveis caminhadas. Tem-se a impressão de que ele nunca parou por muito tempo no mesmo lugar. A mesma impressão temos do Conselheiro que no Nordeste peregrinou durante vinte anos indo de cidade em cidade, de povoado em povoado. E essa “vida andeja” foi uma “faculdade” para o Conselheiro. As caminhadas ininterruptas fizeram com que ele tomasse contato direto com a miséria dos sertões, vendo e vivendo a real situação dos camponeses nordestinos. Isso constituía um aprendizado, dando-lhe o conhecimento indispensável à sua pregação religiosa e social.

Como o apóstolo Paulo, Antônio Conselheiro passou por um processo de inculturação. Assumiu a cultura do povo. Para ambos assumir a cultura do seu povo era seguir o chamado de Jesus que se expressa no testemunho coerente. Que no dizer do bispo Pedro Casaldáliga seria: “Ser o que se é. Falar o que se crê. Crer no que se prega. Viver o que se proclama. Até as últimas conseqüências e nas pequenas coisas de cada dia. A disposição habitual para o testemunho do martírio”⁵.

Outro aspecto importante na vida do Conselheiro de Canudos e que foi uma constante na vida e pregação do apóstolo foi o trabalho. O apóstolo Paulo fazia questão de não onerar os fiéis de suas comunidades: “noite e dia trabalhamos para não onerar nenhum de vós, enquanto vos anunciamos o evangelho de Deus (1Ts 2,7.9). O Conselheiro não ficava ocioso e construiu, em várias cidades, inúmeras obras de interesse público.

5. CASALDÁLIGA, Pedro. *Na procura do reino. Antologia de textos – 1968-1988*. São Paulo: Ed. FTD, 1988, p. 201.

Nos discursos e na prática o testemunho de fraternidade esteve sempre presente e era algo que acompanhava o Conselheiro. O fervor da partilha animara todos aqueles que se sentiam tocados pela pregação do peregrino. Na realidade se queria viver a experiência relatada no livro dos Atos dos Apóstolos (At 4,32-35):

“A multidão dos crentes tinha um só coração e uma só alma. Ninguém chamava seus os bens, mas tudo era em comum entre eles... Não havia entre eles necessitado, porque todos os que possuíam campos ou casas vendiam e traziam o resultado da venda e punham-no aos pés dos apóstolos e se repartia para cada um de acordo com as necessidades”.

A experiência vivida pelos primeiros cristãos era referência permanente no discurso do Conselheiro. A experiência de Canudos era na prática a vivência de um certo comunismo de bens que criava autonomia e autodeterminação. A principal razão da paz que reinava em Canudos era a produção e distribuição de bens. Em Canudos a terra, as pastagens, os rebanhos e as plantações caracterizavam-se pelo uso coletivo. De fato tentava-se repartir os bens segundo os ensinamentos dos Atos do Apóstolos.

2.2. Referencial na utopia de Tomás Morus

Antônio Conselheiro se mostra conhecedor da vida de Tomás Morus e não podia deixar de conhecer a Utopia, obra que o imortalizou.

A obra de Tomás Morus faz parte do patrimônio da literatura universal. Tomás Morus escreveu sua *Utopia* durante uma estada em Antuérpia, em 1515. Encontrava-se ali como emissário especial de Henrique VIII junto a Carlos V. O título do livro de Morus quer ser um programa: “Sobre o *status* ótimo da república da nova ilha da Utopia” (Lovaina, 1516). Nele, Morus expõe um conjunto de idéias de surpreendente atualidade.⁶

O Conselheiro admirava Morus não só pelas suas idéias como também pela obstinação com que as defendeu. Na *Utopia* de Tomás Morus estava a origem histórica e ideológica de Canudos. As idéias de Morus quanto a política interna mostram-se avançadas. Seu projeto utópico é claro:

“Denuncia a ação depredadora dos latifundiários criadores de gado de seu país, que expropriam as terras dos pequenos agricultores com a finalidade de destiná-las à criação de ovinos para a produção de matéria-prima para a nascente indústria têxtil inglesa. Morus fala desse estranho país onde as ovelhas devoram os homens. Declara-se por um certo comunismo de bens que dispensa a circulação de moeda e por uma racionalização da atividade produtora em todos os níveis. A divisão do emprego do tempo, que vigora na ilha, é de seis horas para o trabalho, três pela manhã e três à tarde, e sete para diversões comunitárias, sendo o resto deixado para o descanso e as reflexões em comum”⁷.

6. Sobre a vida e idéias de Morus, encontram-se numerosos dados em G. DUVEAU, *Sociologie de L'utopie et autres essais*, Presses Universitaires de France, 1961, especialmente p. 73-80. Além do mais, pode-se recorrer à própria *Utopia* de Morus, em suas várias edições em português.

7. ECHEGARAY, Hugo. *Utopia e Reino na América Latina*. São Paulo: Ed. Loyola, 1989, p. 54.

O pensamento de Morus ia aos poucos influenciando o pensamento de Antônio Conselheiro, até porque era uma linha de pensamento que casava com sua concepção bíblica, com respaldo na realidade do final do século XIX. Como no tempo de Tomás Morus o Conselheiro via semelhanças na realidade concreta. O setor pecuário esmaga os camponeses, num processo de concentração da propriedade da terra, produzindo como consequência uma massa de deserdados. Tanto a utopia de Tomás Morus como as Prédicas de Antônio Conselheiro expressam o descontentamento, a irritação e o protesto diante de uma situação de crescente injustiça social.

A organização igualitária e a comunhão de bens existentes em Canudos nos faz lembrar o que o próprio Conselheiro, ao se referir a Tomás Morus, nos diz em suas Prédicas: “É muito útil considerar-se a eternidade, e esta consideração foi a que fez a muitos varões sábios e prudentes encher as religiões, povoar os desertos, deixar as riquezas e desprezar o mundo. Assim sucedeu a Tomás Morus”.

Para o Conselheiro estamos todos tomados por Deus e não devemos perdê-lo de vista. E esta intensidade da experiência que acontecera com Morus devia acontecer em seu meio. Daí a intensidade da experiência de êxtase místico alia-se, assim, com a paixão transformadora da ação política. Ambas propõem um comunismo monacal popular onde a base de tudo é viver na irmandade, fazendo o casamento entre a teoria e a prática.

2.3. Referencial na tradição nordestina

O Nordeste tem uma tradição que vai na direção da vivência coletiva da terra e de seus frutos. Como a questão social está no interior da questão cultural, vemos que são inúmeras as manifestações religiosas que apontam na direção do protesto social. Destacamos as experiências de Canudos, na Bahia, e de Caldeirão, no Ceará, entre outras.

Estes grupos afirmaram uma reação contra uma unidade político-cultural imposta pelos poderosos da época. Isso porque a religião popular no Brasil tem duplo aspecto: ela é uma fonte de controle social e um instrumento de mobilização social. Para entendermos a riqueza da Tradição Nordestina temos que levar em conta o fenômeno do catolicismo popular. Sem esse veio não mergulharemos nessa tradição tão rica em simbologia e humanidade. Com magistral conhecimento o historiador Eduardo Hoornaert nos fala da formação do catolicismo brasileiro considerando três características: a. O Catolicismo guerreiro; b. O Catolicismo patriarcal; c. O Catolicismo popular. Hoornaert nos faz entender que:

“Existe um catolicismo popular distinto do catolicismo patriarcal. O povo tem uma cultura própria e podemos mesmo afirmar que o catolicismo popular constitui a cultura mais original e mais rica que o Brasil já produziu durante os quatrocentos e tantos anos de sua história” (Hoornaert, 1985: 99).⁸

Sem dúvida o catolicismo popular foi o chão onde o beato Antônio Conselheiro plasmou sua missão. E em sua vida de conselheiro (uma prática que faz parte da grande tradição religiosa do povo nordestino) foi rigoroso em delimitar o campo de atuação entre um tipo de catolicismo que se acomoda e convive com todo autoritarismo e injustiça e outro de uma produção religiosa que contesta a ordem social em vigor. Para o Conselheiro a ordem social vigente não corresponde à ordem estabelecida por Deus. Nesse caso, para manter-se fiel a Deus era necessário dedicar-se a orações, mas também à prática social de contestações no sentido de abrir e criar novos espaços onde reine a comunhão de bens e a vivência fraterna.

Em certo sentido podemos dizer que o padre Ibiapina (1806-1883) foi precursor de Antônio Conselheiro. Sabemos que Antônio Maciel (o Conselheiro) teve a oportunidade de trocar idéias com o padre Ibiapina e de ouvir inúmeras de suas pregações. Durante um certo tempo o Conselheiro seguiu o padre Ibiapina em suas andanças. Foi um discípulo muito atento a tudo. Desde então tomou um caminho próprio e adotou o exemplo e o método missionário do padre-mestre Ibiapina.

Padre Ibiapina escolheu a vida itinerante. Estado de vida muito comum aos beatos ou monges que iam de lugar em lugar confirmando as comunidades pobres através de mutirões e pregações. No dizer do padre José Comblin:

“Padre José Antônio de Maria Ibiapina foi sem dúvida o maior missionário do interior do Nordeste. O maior pelas viagens missionárias que lhe permitiram irradiar, em cinco Estados do país. O maior pela quantidade das obras que deixou. O maior pela originalidade do seu método missionário. O maior pela concorrência e pela sintonia que soube criar entre a sua pregação e a alma do povo do interior nordestino” (Comblin, 1993: 9).⁹

Foi então em fontes como esta que o beato Antônio Conselheiro bebeu. Tanto o Ibiapina como o Conselheiro foram capazes de despertar na alma dos sertanejos energias que ninguém antes tinha sido capaz de mobilizar. O método de ambos era muito parecido. Mutirões para construir igrejas, cemitérios e açudes. Pregações para conclamar o povo a viver uma vida para Deus e para os irmãos. Eram dois construtores. Ibiapina se notabilizou pelas 22 casas de caridade espalhadas por vários Estados do Nordeste.

Antônio Conselheiro aprendeu com o padre-mestre Ibiapina que para evangelizar o Nordeste era preciso assumir a cultura religiosa tradicional, a partir da religião popular e com os recursos locais. Isso significa dizer que, por falta de inculturação, certos métodos missionários implantados no Nordeste não foram assimilados pelo povo nordestino.

8. HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

9. COMBLIN, José. *Padre Ibiapina*. Coleção Homens e Mulheres do Nordeste. São Paulo: Ed. Paulinas, 1993.

2.4. As prédicas de Antônio Conselheiro

2.4.1. Parte primeira

Tempestades que se levantam no coração de Maria, Mistérios de Maria (na vida de Jesus) até a página 223 do livro de Ataliba Nogueira. São 29 mistérios, cada qual de uma prédica, dividida em três pontos cada uma. Evidentemente é a súpula para desenvolver em público.

Numa primeira consideração exegética podemos destacar as dez (10) palavras mais usadas por Antônio Conselheiro nessa primeira parte:

1. Dor/Dolorosa	85 vezes
2. Coração	83 vezes
3. Lágrimas/Chorar	51 vezes
4. Amor/Compaixão/Caridade	51 vezes
5. Morte/Crime	18 vezes
6. Cruz	16 vezes
7. Martírio	14 vezes
8. Misericórdia/Penitência	11 vezes
9. Terra/Céu	10 vezes
10. Pobreza	9 vezes

Aqui podemos verificar o peso deste discurso. Cada palavra dessas tem um significado especial, uma vez que Antônio Conselheiro chegou a usar dezenas de vezes certas palavras. Com certeza a dureza da guerra fazia chorar o coração do peregrino cearense. Vale um destaque para a expressão usada para designar o que foi a guerra de Canudos: Genocídio! Essa expressão usada pelo Conselheiro se encontra também em César Zama, Rui Barbosa, Machado de Assis e no próprio Euclides da Cunha.

O Conselheiro expressa sua integridade de cristão e sua correta compreensão da religião quando não separa o céu da terra e insiste que o amor, a compaixão e a caridade são mais fortes que toda morte, todo crime, todo martírio e toda cruz.

Uma teologia marial

A mulher, na pessoa de Maria, tem um lugar de destaque nas Prédicas¹⁰ de Antônio Conselheiro. Há um olhar para a mãe de Jesus como se fosse um olhar para ele mesmo e a situação vivida naquele momento. A humanidade da mulher-Maria é ponto de destaque:

“Admiremos pois em Maria tanto temor nesta saudação, tanta prudência na resposta e tanta cautela no zelo da sua virgindade (7).

De um lado Jesus e Maria silenciosos, de outro o povo amotinado, sedento do sangue divino: de um lado dois inocentes gemendo, de outro lado a plebe desenfreada, sem o menor sentimento de piedade: daqui a Mãe e Filho só falam dentro do coração; dali, o povo dando vozes, impaciente para que Jesus seja levado ao lugar de suplício” (143).

“Quando à força de marteladas os cravos iam penetrando as mãos e pés do salvador, as dores que ele sofria se unificavam com as da virgem mãe...” (153).

Percebemos que a ternura e a compaixão são levadas a sério. Através do sofrimento de Maria o próprio Conselheiro ia, com certeza, ligando o sofrimento, a dor e a morte tantas vezes presenciados nos sofrimentos de grandes parcelas da população dos sertões nordestinos e que, mais uma vez, acentuaram-se no genocídio a que foram submetidos os canudenses. O seu testemunho é suportar com amor o martírio, assim como fez a mãe de Jesus:

“Não deste modo a virgem sagrada, pois desde o nascimento do seu Filho que ela padece; padece porque o viu nascer em desamparo; padece porque o viu derramar sangue na circuncisão; padece na profecia de Simeão, na fugida para o Egito, na mortandade dos inocentes, na perda de Jesus no Templo; padece em todos os seus trabalhos, fadigas e contradições; o que lhe serve como de preparativo para as grandes dores por que havia de passar na paixão e morte de Jesus: sendo desta maneira uma vida verdadeiramente martirizada, porquanto uma dor só cedia para dar lugar a outra dor, e todos formando o seu rigoroso martírio” (217 e 218).

Antônio Conselheiro evoca Maria como “Rainha dos Mártires” em várias partes de suas Prédicas dizendo que “Maria é Rainha dos Mártires porque é mãe do Rei dos mártires” (219).

Comentando a dor de Maria na morte dos inocentes faz uma referência bíblica:

“Herodes, vendo-se iludido pelos potentados do Oriente, fez nos meninos de Belém e seus contornos a mais horrível carnificina, a fim de ver se entre eles caía vítima o dulcíssimo Jesus” (48).

E as crianças de Canudos? É uma pergunta que fica no ar. Na verdade nunca se soube pelo escritor de *Os Sertões* o que teria sido feito das crianças remanescentes de Canudos, cujos pais se imolaram para defender o ideário da comunidade de Canudos. Hoje já sabemos, através de pesquisas recentes, que, das 25 mil pessoas reunidas e mortas em Canudos, os filhos somavam 4 mil crianças entre 8 e 15 anos. Foram feitas prisioneiras do exército e depois distribuídas como bichos ou dadas, quando não vendidas. Quatro mil crianças sem destino certo; as mulheres, na maioria dos casos levadas à prostituição. Belo patriotismo do exército brasileiro!

10. Os números ao lado do texto correspondem à numeração das páginas no original manuscrito do próprio Antônio Conselheiro. Foram transcritos do livro: NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. Coleção Brasileira, nº 355. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1974.

O beato Conselheiro refletia longe e intuía que a morte dos inocentes de ontem continuava no seu tempo. Herodes continuava matando. Ele via que, só levando a sério a dor humana, o sofrimento dos pobres sertanejos podia seguir a vontade de Deus. É preciso descobrir o que está latente nas Prédicas. É uma fala a partir de uma visão teológica, sobretudo a partir do sofrimento dos inocentes.

A teologia marial desenvolvida nas prédicas (naturalmente há cem anos atrás) revela uma correta compreensão da teologia cristã. Maria é aquela que nos leva a Jesus. É importante notar que aqui a mulher abre as portas da salvação. Nos diz o Conselheiro:

“Que grande diferença entre o procedimento desta e o da primeira mãe? Em Eva sobressai a curiosidade e desobediência a Deus; em Maria o amor e obediência a levam ao pé da cruz, onde está a vontade do Senhor” (149).

A Nova Eva, mãe dos viventes, mãe do povo de Canudos, mãe dos mártires e mãe de todos que, com o povo de Canudos, ainda dizem: “vida, doçura e esperança nossa, salve!”

2.4.2. Parte segunda: Exposição sobre os dez mandamentos da Lei de Deus (até a página 434)

Nessa parte dos mandamentos o Conselheiro comenta cada um de maneira bastante clara, exemplificando com fatos dos primeiros séculos:

“...fê tão firme praticada nos primeiros séculos do cristianismo pelos soldados do imperador Juliano que jamais se apagará da memória da posteridade. Mandando-lhe o imperador que eles adorassem os ídolos, desobedeceram porque tinham o verdadeiro sentimento de religião, que só a Deus se deve adorar...” (261).

Aqui o Conselheiro trata de um tema sumamente importante que é a corrente profética. Fidelidade e infidelidade. Esse tema bíblico perpassa todo o seu discurso. Por isso se torna um tema atualíssimo.

O Conselheiro tinha um conhecimento fabuloso da patrística. Cita com facilidade os padres da Igreja como também uma enormidade de figuras bíblicas, da tradição da Igreja e da Grécia Antiga.

Tradição da Igreja e História Universal

Entre os Padres da Igreja são citados:

1. São João Crisóstomo.
2. Santo Tomás de Aquino.
3. São Pedro Damiano.
4. São Boaventura.
5. Santo Agostinho.
6. São Jerônimo.
7. São Basílio.

A maioria dos padres citados pelo Conselheiro desenvolveram reflexões que conduzem ao enfrentamento dos problemas de injustiça presentes no mundo. Os mais citados são Tomás de Aquino e Agostinho de Hipona. Com certeza muito lidos e discutidos no final do século passado, inclusive até os dias de hoje. Além destes, o Conselheiro também faz muitas referências a São Jerônimo, São Basílio (que negava a legitimidade da riqueza) e São João Crisóstomo (defensor ardente da volta ao comunismo primitivo da Igreja).

Seu conhecimento não se restringe aos padres da Igreja. Personagens da história clássica grega são citados, como por exemplo o “valeroso Enéias” que, no incêndio de Tróia, “salvou nos ombros seu pai... tendo a seus pés o inimigo”. Isto mostra que conhecia Homero e Virgílio. E para melhor fundamentar o seu ponto de vista, apóia-se novamente num dos clássicos do mundo antigo, Quintiliano, o mestre da eloquência, que dizia: “Os filhos são as esperanças dos pais quando obram bem e virtuosamente” (Moniz, 1988: 50).¹¹

E continua citando pessoas dentro de um universo bastante amplo: Cardeal Hugo, profeta Isaías, Davi, São Lucas, Paulo Apóstolo, São João, Jeremias, Jó, Sancho, Salomão, Santa Luzia, São José, Santa Brígida, Natã, Gregório Papa, Cesário, Zaquau, Josué, Calib, Oséias, Hipo, Helena, Susana.

Na verdade o Conselheiro se mostra um conhecedor não só da história da Igreja, mas da história universal.

“Que é a vida do homem neste mundo?” (345). É uma pergunta feita pelo Conselheiro em suas Prédicas. Ele reflete que a vida é uma peregrinação que vai caminhando. É uma pergunta eminentemente filosófica. A interrogação surge para designar uma realidade transitória em que vivemos.

Daí podemos recordar suas inúmeras referências aos padres da Igreja ou aos santos padres, que eram autoridades em termos doutrinários e morais. Os mesmos deixaram uma impressionante riqueza de pensamentos, de exemplos e de ações sobre temas como o sentido da propriedade, o destino dos bens da terra e as exigências da justiça social. Com certeza esse tipo de literatura empolgava profundamente o Conselheiro.

Os Padres da Igreja fazem referência diretamente à destinação da terra. Assim, por exemplo, Santo Ambrósio afirma: “Não é parte dos teus bens que tu dás ao pobre. O que lhe dás lhe pertence. Porque o que foi dado para o uso de todos, disso você se apropriou. A terra foi dada para todo mundo e não somente para os ricos”.¹² Ainda mais explícito é São João Crisóstomo: “Deus nunca faz alguns ricos e outros pobres. Deus deu a mesma terra para todos. A terra é do Senhor e os frutos devem ser comuns a todos”. Citando São João Crisóstomo o Conselheiro afirma:

11. MONIZ, op. cit.

12. *De Nabuthe* c. 12, nº 53: PL 14, 747, cit. p. 23.

“Diz São João Crisóstomo... que os que furto os bens alheios são piores que as feras e que os demônios; e como tais os deviam riscar do catálogo dos homens. Porque as feras, quando acometem aos outros animais, estando satisfeitas os deixam; porém os que furto, de nenhum roubo ficam satisfeitos, porque ficam com fome para fazerem outro: e quanto mais roubam mais sede têm de furto” (368).

O pensamento de Antônio Conselheiro é revestido por um profundo senso de justiça. Dizia que o furto era pecado mortal e sua natureza oposta à virtude e contra a justiça. Não roubar era um dos mandamentos mais comentados pelo Conselheiro. Em Canudos existia uma atenção toda especial para esse mandamento. Isso determinou um comportamento ético por parte dos canudenses durante a guerra.¹³

2.4.3. Parte terceira: Textos seletos extraídos dos Evangelhos (páginas 427 a 485)

Nessa parte temos textos extraídos da Sagrada Escritura. Na sua grande maioria citados em latim. O Conselheiro cita os evangelhos sinóticos (Mateus/Marcos/Lucas) com segurança, fazendo as comparações necessárias. Cita também o evangelho de João quando afirma a vitória de Cristo sobre o mal do mundo. Cristo é apresentado como um guerreiro vitorioso.

Na sua seleção de textos não escapa Mt 19,24: “É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico se salvar” ou Mt 6,33: “Buscai primeiro o Reino de Deus e sua justiça e tudo mais vos será dado por acréscimo”. Isso mostra o grau de opção do Conselheiro.

Continua a citação dos santos Padres e de figuras bíblicas de destaque. Aprofundando essa parte o Conselheiro termina da seguinte maneira:

“Finalmente, de todo o Testamento Velho e Novo, e dos Santos padres, a quem venero como colunas da Igreja Católica Apostólica Romana e luz do Cristianismo, se vê a toda luz da verdade que o Nosso Senhor Jesus Cristo é o verdadeiro Redentor do gênero humano” (474).

Percebemos que o Conselheiro tem uma visão eclesiológica correta. A Igreja não é o Reino de Deus, mas é sinal do Reino no mundo. Deve ser luz do Ressuscitado no mundo.

Uma teologia bíblica

A teologia é basicamente a reflexão sobre a fé vivida pelo povo. Durante estes cinco séculos a teologia foi concebida e estudada de várias maneiras.

Antônio Conselheiro acreditou e pensou a sua fé e nesse sentido de certo modo ele foi um teólogo. A fé é humana e ela “anseia por entender”, como dizem os teólogos clássicos. Na medida em que o Conselheiro pensava a sua fé, já estava fazendo teologia.

13. É notório que durante a guerra o povo de Canudos não pegava em bens dos soldados, exceto as armas e munições. Sobre isso ver as *Prédicas do Conselheiro*, nº 368.

As Prédicas, na realidade, são discursos sobre a fé a partir da realidade. Imaginemos a teologia há 100 anos atrás. Riolando Azzi analisa com bastante acuidade o período da Teologia na Reforma Católica que vai de 1840 a 1920 (Azzi, 1981: 21-43).¹⁴ Foi nesse período que se gestou o pensamento de Antônio Conselheiro. Nessa fase a preocupação dominante por parte da hierarquia católica era mudar o tradicional modelo de Igreja da Cristandade, vinculado à cultura lusitana, pelo modelo de Igreja hierárquica, conforme fora formulado pelo Concílio de Trento. É nesse período que o Papa enviou diversas ordens religiosas para aplicar no Brasil o Concílio Tridentino. O catolicismo colonial ainda tinha características medievais, caracterizando-se por uma piedade devocional e laical. O catolicismo romano tridentino se caracteriza por ser uma religião clerical e muito sacramental.

“Os bispos procuram promover a doutrinação do povo, mediante a difusão de catecismos inspirados na teologia tridentina. A tônica da reforma católica é eminentemente clerical. Dentro de uma visão puramente espiritualista, o episcopado preocupou-se muito mais em trazer o povo para dentro da estrutura eclesiástica do que em colaborar efetivamente com o povo na defesa dos seus direitos” (Azzi, 1981: 40).

É dentro desse contexto que devemos entender também as investidas da hierarquia católica contra o Conselheiro e Canudos. A partir dos textos extraídos das Sagradas Escrituras o Conselheiro caminha com uma reflexão bíblica. Citando permanentemente os evangelhos, procurando beber na fonte da revelação cristã. No seu pensamento percebemos que a raiz é o movimento iniciado por Jesus.

Vimos, com muita clareza, uma aproximação quase material entre o movimento deflagrado por Jesus e o movimento levado adiante pelo Conselheiro. Em Jesus vemos que foi o sofrimento cotidiano do povo da Galiléia que fez com que Ele fosse ao encontro do povo como um enviado, com forte dinamismo de missão, com a fé de que todo esse sofrimento acabaria um dia com a chegada do Reino de Deus.

Estamos diante da chave que possibilita “ler” as Prédicas de Antônio Conselheiro. Com a sua pregação o Conselheiro sabia se comunicar com os camponeses e camponesas do sertão. Como Jesus, Antônio Conselheiro demonstrava uma invejável segurança em se comunicar com os pobres do campo, de sorte que as multidões o seguiam como quem segue um líder, pois o povo percebia que estava diante de alguém que trazia uma novidade para os “mal-aventurados”, como dizia o próprio Conselheiro. Numa carta detalhada o Barão de Geremoabo publicou no *Jornal de Notícias* da Bahia que:

“Crescia mais e mais a influência de Antônio Conselheiro e, à exceção da minha, posso sem receio dizer que não houve família que não assistisse a suas orações. O fervor chegou ao excesso de convidarem-no para as casas aquelas que por quaisquer circunstâncias não podiam comparecer nos pontos de reunião. A sua

14. AZZI, Riolando. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1981.

órbita de ação ampliou-se: além das prédicas principiou a levantar pequenos cemitérios e capelinhas”.¹⁵

Esse dinamismo totalmente inspirado e de excelente comunicação foi imediatamente percebido pelas autoridades como uma ameaça séria, uma insubmissão ao sistema político e cultural vigente. Já podemos entender a missão de Frei João Evangelista de Monte Marciano em Canudos. Para ele:

“A seita político-religiosa estabelecida nos Canudos não é só um foco de superstição e fanatismo, é um pequeno cisma na igreja baiana: é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país.”¹⁶

Daí percebemos claramente os dois tipos de prédica ou concepção teológica. Para o Conselheiro os Evangelhos são normativos da conduta cristã:

“E que maior sinal de amor, diz o mesmo Salvador, pode dar um amigo ao seu amigo, que sacrificar a sua vida por ele? Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o máximo e o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este: Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (431-433).

Enquanto para o frade capuchinho a missão significa doutrinar os ignorantes e fazer a vontade do poder constituído da República, para o Conselheiro deve-se socorrer as necessidades dos irmãos e só ao Deus da Vida deve-se obedecer.

No final da reflexão sobre os textos das Sagradas Escrituras o Conselheiro volta à tradição da Igreja citando mais uma vez os Santos Padres a quem ele chama de “colunas da Igreja”. Termina essa parte fazendo referência a Tomás Morus, que prega a radical comunhão de bens.

2.4.4. Parte quarta

O Conselheiro conclui os seus escritos com assuntos esparsos. Isto é, são discursos circunstanciais, que vão da página 486 até a página 628. Vejamos:

1. Sobre a cruz
2. Sobre a missa
3. Sobre a confissão
4. Sobre as maravilhas de Jesus
5. Construção e edificação do templo de Salomão

15. Carta do Barão de Geremoabo publicada no *Jornal de Notícias* da Bahia nos dias 4 e 5 de março de 1897.

16. A pedido do governador Rodrigues Lima, o Arcebispo D. Jerônimo Tomé envia uma missão de frades capuchinhos ao Belo Monte (Canudos) para tentar por meios persuasivos a dissolução do povoado. O chefe da missão, frei João Evangelista de Monte Marciano, contou em minucioso relatório o malogro de sua tarefa nada cristã, no mês de maio de 1895.

6. Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, construída por ele mesmo
7. Sobre a República
8. Despedida.

Nesta última parte das Prédicas retoma o embasamento bíblico com transcrições literais em alguns casos. A cruz toma um lugar de destaque na reflexão:

“Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Assim disse Nosso Senhor Jesus Cristo. O homem deve carregar sua cruz debaixo de qualquer forma que se apresente, deve penetrar-se assim de júbilo, sabendo que em virtude dela vai ao céu” (486).

A teologia da cruz é a reflexão inicial dessa última parte. Na realidade, para o Conselheiro deve-se ter decisão na vida. Só assim, o Reino de Deus chega e a libertação acontece.

Sobre a missa e a confissão o Conselheiro assume, com suas expressões de fé, a doutrina católica.

“Se bem soubera um cristão o que lucra em assistir e ouvir a missa todos os dias, deixaria os maiores negócios deste mundo para não faltar a tão grande bem espiritual (509).

Não há coisa mais útil ao cristão nem indispensável para comungar dignamente do que descer à sua consciência e escutar, com saudável severidade, seus tristes esconderijos” (517).

Analisando as Prédicas de Antônio Conselheiro podemos observar o quanto ele é respeitoso e obediente às normas e doutrina da Igreja. Algumas vezes ele faz menção aos bispos e arcebispos de maneira positiva. Vemos o quanto ele era equilibrado emocionalmente. A severa perseguição do arcebispo da Bahia não lhe tirara a capacidade de discernir as “coisas de Deus” das “coisas do mundo”.

As maravilhas de Jesus relatadas nas Prédicas são seus encontros com os pobres. Encontros com aqueles que esperavam um sinal da libertação de Deus. Lembra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e comenta:

“Então alguns dos fariseus, que se achavam entre o povo, disseram-lhe: Mestre, repreende teus discípulos. Aos quais ele respondeu: Seguro-vos que, se eles se calarem, clamarão as mesmas pedras” (530).

A construção e edificação do templo de Salomão e o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, padroeiro de Belo Monte, são temas de que o Conselheiro fala com paixão. Ele era um construtor. Construíra templos e muitas outras edificações. “O Templo de Salomão é, como o antigo tabernáculo, uma figura de nossas Igrejas”, dizia ele (536). O Conselheiro se dizia “indigno encarregado da construção da igreja”. Ele faz um discurso comovente e com muita humildade, com certeza em frente à igreja:

“Cabe-me ainda o prazer de declarar-vos que já rendi as devidas graças ao bom Jesus por me ter prestado o seu poderoso auxílio a fim de eu levar a efeito a obra do seu servo, que a não ser tão belíssima pessoa, certamente não conseguiria realizá-la. Praza aos céus que os habitantes de Belo Monte saibam agradecer cordialmente os benefícios que acabam de receber do bom Jesus, que é uma prova que atesta do modo mais significativo os tesouros da sua infinita bondade e misericórdia” (553).

Antes de tratar do tema da República o Conselheiro fala sobre a parábola do Semeador. Ele faz uma transcrição de partes dos Evangelhos.

Discurso contra a República

Nessa última parte das Prédicas discorre sobre a República fazendo alusões à Companhia de Jesus, ao casamento civil, à família imperial e à libertação dos escravos. De maneira contundente o Conselheiro abre sua fala sobre a República:

“Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fiéis, de um assunto que só a incredulidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil (560).

Hoje porém foge toda a segurança, porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião” (561).

Na realidade a República era símbolo concreto da ordem social imposta pela burguesia agrária. Percebemos que a partir da Proclamação da República criou-se o desenvolvimento de uma reação camponesa como movimento de protesto social.

Como os profetas do Antigo Testamento o Conselheiro faz a crítica a partir do elemento religioso. A crítica do Conselheiro à República é uma crítica religiosa: a autoridade dos governantes republicanos não vem de Deus, sendo portanto ilegítima. A República representava uma ameaça à religião. A República aparece como exterminadora da religião e opressora da igreja. Na sua crítica o Conselheiro não poupa os clérigos que se aliam à República e lhe dão sustentação. Aos olhos do Conselheiro eles não passam de falsos cristãos, de traidores, de maçons ou protestantes.

Com essa crítica o Conselheiro e o povo de Canudos adquirem fortes inimigos e adversários: os grandes proprietários de terras, o governo republicano e o aparelho eclesiástico. Na hora de exterminar Canudos esse tripé esteve bem articulado.

A visão religiosa do Conselheiro era muito clara, pois o poder que pisa e esmaga o povo não vem de Deus, mas do satanás.

O Conselheiro, como uma autoridade religiosa, conclama a população para uma desobediência civil:

“O presidente da república, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora

um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados. Oh! Homem incrédulo, quanto pesa a tua incredulidade diante de Deus! (564).

Assim, pois, é prudente e justo que os pais de família não obedeçam à lei do casamento civil, evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma” (608).

Se a implantação da República viesse acompanhada de uma verdadeira mudança na estrutura fundiária do país e levasse em conta as populações interioranas, a situação seria outra. Nisso vemos que a República já nascera podre e com ela os velhos magnatas.

“A república constituiu, para o país, um progresso econômico, social e político, mas não atendeu aos interesses dos camponeses desde que os conservava na mesma situação em que viviam na monarquia” (Moniz, 1988: 40).

Ao final de suas Prédicas, estando já avançado em idade e profundamente chocado com as invasões e massacre do povo, o Conselheiro teve o sentimento que em breve iria partir. No ano de 1897, a partir do Belo Monte, o beato Antônio Conselheiro faz suas despedidas que lembram o grande peregrino da Bíblia, o apóstolo Paulo:

“Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino...” (628).

3. Canudos não morreu!

“Nossa luta continua
Pois Canudos não morreu
O sangue que lá jorrou
Qual semente floresceu
É o povo organizado
Pelos caminhos de Deus”
(*canto popular de Canudos*)

Espero que este escrito tenha ajudado a penetrar no espírito com que Antônio Conselheiro e Canudos enfrentaram “um fim de mundo”. Suprimiram as raízes e ramificações de um mundo antigo (mundo da dominação) e construíram o mundo novo da liberdade, da fraternidade e da unidade. Suprimindo o “espírito” que sustenta a dominação e motiva a supressão das liberdades do povo, se faz a passagem para um outro mundo. Afirma-se a morte de um mundo opressor e o nascimento de um mundo onde a terra e seus frutos são partilhados por todos.

Tendo, como veio de nossa reflexão, Canudos como um ritual de passagem para um final de mundo, podemos imaginar que Antônio Conselheiro atualizou um padrão clássico de “morte” e “ressurreição” no plano individual e social.

Antônio Conselheiro e Canudos eram uma resposta concreta e não ficaram no mundo das idéias, na tranqüila esfera dos conceitos. A práxis histórica norteou a vida e a vida forjou novos conceitos.

Os militares republicanos destruíram Canudos. Mas Canudos venceu. Por várias vezes derrotou as expedições militares. Várias vezes demonstrou superioridade e tática militar. A batalha final, que destroçou e incendiou Canudos, foi um ato de covardia, um crime histórico monstruoso. Assim se expressou o governador Luiz Viana em carta para o Presidente da República e para o Ministro da Guerra:

“Nova expedição projetada era inteiramente desnecessária e talvez mais perigosa à ordem pública e ao bem-estar da zona que acudia do que o próprio Antônio Conselheiro. Basta dizer a V. Exa. que a força que combateu em Uauá – ao partir daí, saqueou todo o povoado, havendo soldados que chegaram a Juazeiro com um e mais contos de réis e não contentes com isto incendiaram o povoado” (Nogueira, 1978: 19).

Daqui podemos refletir onde estava a ética e a solidariedade. As expedições militares respaldadas pela imprensa e pela classe pensante da época estavam agindo patrioticamente. Em nome da “ordem” destruíram Canudos.

Mas a grande lição é que Canudos lutou pela liberdade até o fim. Afirmou o ser. Criou o novo e não deixou que outros decidissem o seu futuro. Antônio Conselheiro e Canudos foram sujeitos de um processo de humanização.

Antônio Conselheiro e Canudos é um tema atualíssimo. Depois de Canudos veio Caldeirão no Ceará (1926-1937), a “Nova Canudos”. No Caldeirão os trabalhadores se reuniram numa terra livre. Organizaram uma sociedade de irmãos, sem ganância e sem exploração. Representaram uma ameaça tão grande para os donos de terra, que eles usaram todas as armas, as mais modernas do Exército, até a aviação, para destruir uma experiência comunitária tão bonita. Eles destruíram, mas Canudos continuou.

Nos idos de 1960, Canudos de novo! A bandeira da Reforma Agrária foi hasteada no Nordeste. As Ligas Camponesas queriam dar carne a esse sonho. Era a retomada do sonho de Canudos. Era a vontade política de endireitar um “pau que nascera torto” há quatrocentos e sessenta anos. Os latifundiários, porém, aliados às botas militares, encarregaram-se de jogar no túmulo a criança que nascia. Com o golpe, as lideranças foram presas, exiladas, torturadas e, até, mortas. Quem já assistiu a “Cabra Marcado para Morrer” sabe o significado dessa luta.

Depois de 100 anos (1897-1997) ainda presenciamos chacinas e massacres de camponeses pobres pelo Brasil afora, e muitas delas praticadas por militares com o mesmo “intuito de manter a ordem”. Um pastor nordestino declara com muita convicção que:

“Aqui, pois, neste Nordeste causticante de sol e de fé, os campos se enchem de rosas escarlates, caídas pelo chão, sinal de alarme no mundo rural. Aqui, quase todo mundo ou é cúmplice ou é omissos. Aqui, neste nosso recanto, a terra está

empapada de sangue: desde o sangue de Margarida Maria Alves até o derradeiro de Manoel Luiz e Silva, tombado, há poucos dias, pela arma assassina do latifúndio egoísta. Campeiam a arbitrariedade, a impunidade, o compromisso espúrio. É impressionante como os poderes do Estado chamado democrático são solícitos em atender às demandas dos privilegiados e se omitem clamorosamente quando os oprimidos do povo expõem a sua causa. Uma instância joga para outra. O legal prevalece sobre o justo. A lei da consciência já deixou de ser a Voz de Deus, lei suprema para toda criatura”.¹⁷

A questão da terra vaza a história deste país desde seu primeiro dia até as horas marcadas em nossos relógios neste momento. Arrasta-se pesada criminosa e impunemente. O Nordeste tem sido a região circunstancialmente privilegiada para carregar essa cruz.

A Reforma Agrária é a única resposta democrática a todo esse processo de evolução da propriedade da terra, êxodo rural e acirramento da luta e da violência no campo. A Reforma Agrária deve ser entendida como instrumento econômico e político de transformação da sociedade, um impulso à incorporação de parte dos muitos brasileiros excluídos da produção e da cidadania.

Temos uma diversidade de atores sociais no campo. O desafio é fazer com que esses grupos de mediação unam forças para enfrentar o inimigo.

Entre os vários atores da luta no campo temos o Movimento dos Sem-Terra que tem exigido dos poderes constituídos a implantação da Reforma Agrária. Na sociedade já não temos quem seja contrário, pelo menos publicamente, à Reforma Agrária. O tema da terra passa a ter um lado mitológico muito forte. A compreensão da terra como planeta e meio ambiente é recente e tende a se tornar cada vez mais premente. É um tema que tem uma abrangência muito grande; por isso, precisa-se trabalhar cada vez mais a força ideológica e a força simbólica da Reforma Agrária. Não era assim que o Conselheiro de Canudos fazia?

Na realidade a luta pela Reforma Agrária contém a razão mais elementar para acontecer, isto é, confunde-se com a luta dos pequeninos para sobreviver. E o povo que se organiza e luta continua as pegadas de Antônio Conselheiro e dos canudenses, cantando com o poeta popular:

“Retalhos de nossa história,
Bonitas vitórias que meu povo tem:
Palmares, Cabanos, Canudos,
São lutas de ontem, de hoje também”!

Artur Peregrino
Av. Mário Domingues, 1075
55000-000 Ribeirão, PE

17. Entrevista com Dom Marcelo Carvalheira, Arcebispo da Paraíba, para o jornal *O Norte* em 01/06/97, caderno 1º, p. 3.